

SUMÁRIO

- RICARDO FRANCO DE ALMEIDA SERRA - APONTAMENTOS PARA A BIOGRAFIA DE UM HERÓI - Rui Santos Vargas
- O REAL FORTE DO PRÍNCIPE DA BEIRA: ENTRE OS MITOS E A VERDADE POSSÍVEL - General Silvino da Cruz Curado, com síntese curricular do autor.

Rui Santos Vargas



Nasceu em Lisboa (Portugal) em 1971. Engenheiro Mecânico, é Membro da FAHIMTB (titular da cadeira especial D. José Luís de Castro, 2.º Conde de Resende e 13.º Vice-Rei do Brasil) e seu Delegado em Portugal. É ainda Académico-Fundador da Academia Falerística de Portugal, associado da Associação dos Pupilos do Exército, do Grupo de Amigos do Museu de Marinha e da Associação Portuguesa dos Amigos dos Castelos. Foi agraciado com a Medalha do Mérito Histórico Militar Terrestre do Brasil – grau de Cavaleiro pela FAHIMTB (2011) e com o Prémio “Barretina de Honra” pelo Director do Instituto dos Pupilos do Exército Major-General António Francisco Alves Rosa (2012).

RICARDO FRANCO DE ALMEIDA SERRA

APONTAMENTOS PARA A BIOGRAFIA DE UM HERÓI

Rui Santos Vargas

A obra de Ricardo Franco de Almeida Serra, e particularmente o épico episódio do Forte de Coimbra que protagonizou, tornam este oficial português numa referência, tendo muito justamente sido nomeado Patrono do Quadro de Engenheiros Militares¹ do Exército Brasileiro.

Sendo uma personagem inspiradora, é natural que haja curiosidade em conhecer os detalhes da vida deste militar e engenheiro, e o ensejo histórico de lhe traçar o percurso de uma vida dedicada ao bem comum português, na Europa e na América do Sul.

Os apontamentos que se seguem são um pequeno contributo para a biografia de Ricardo Franco de

¹ O Coronel Ricardo Franco de Almeida Serra foi consagrado Patrono do Quadro dos Engenheiros Militares do Exército Brasileiro pelo Decreto 94.445 de 12 de Junho de 1989.

Almeida Serra, bem mais modesto do que a figura histórica na verdade merece.

O PROCESSO INDIVIDUAL NO ARQUIVO HISTÓRICO MILITAR

O processo individual de Ricardo Franco de Almeida Serra existente no Arquivo Histórico Militar do Exército Português, em Lisboa, é um conjunto de apenas 6 documentos, dos quais 4 contemporâneos com o referido oficial.

São eles:

Doc. ²	Descrição	Data	Autor	Observações
1	Súplica a D. Maria I para promoção de Ajudante com o exercício de Engenheiro a “Capitão Engenheiro”	1777	Ricardo Franco de Almeida Serra	Despacho cuja autoria se atribui a Ayres de Sá e Mello: “ <i>Só poderá atender quando houver promoção no seu corpo</i> ”
2	Atestado das principais diligências que o Ajudante de Infantaria com exercício de Engenheiro Ricardo Franco de Almeida Serra “ <i>em que sem interrupção de tempo, se tem ocupado, por mais de dez anos continuados com ciência, zelo, e atividade</i> ”.	25 de Outubro de 1777	Guilherme Elsdén ³ , Tenente Coronel de Infantaria com o exercício de Engenheiro e Quartel Mestre General dos Exércitos de Sua Magestade Fidelíssima	
3	Certidão de fé de ofício que certifica que o Ajudante de Infantaria com exercício de Engenheiro Ricardo Franco “tem servido a mesma Senhora nesta Corte onze anos, dois meses e dezoito dias”.	26 de Novembro de 1777	Alexandre Pegado Mexia Roda e São Martinho, “ <i>Cavaleiro profeço na ordem de Christo, Fidalgo da Casa de Sua Magestade e Tesoureiro geral das tropas da Corte da Provincia da Estremadura</i> ”	Entregue a Pedro Gerardo de Almeida Serra que o assinou.
			D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho ⁴ , “ <i>do Conselho de Sua Magestade, Bispo</i> ”	Entregue a Ricardo

² A numeração dos documentos é uma iniciativa do A, para mais fácil referência no decorrer deste texto.

³ Militar e Engenheiro de origem anglo-germânica.

⁴ Natural da casa de Marapicu, freguesia de Santo António de Jacotinga, termo da cidade do Rio de Janeiro a 5 de Abril de 1735. Foi o 52.º Bispo de Coimbra, e Conde de Arganil, de 1779 a 1822. Enquanto Reitor da Universidade de Coimbra, iniciou-se a Reforma Pombalina que acrescentou as faculdades de Matemática e Filosofia às já existentes de Teologia, Cânones, Leis e Medicina, o que levou à construção de novos edifícios da Universidade. Faleceu em Coimbra a 16 de Abril de 1822.

4	Atestado dos serviços prestados à Universidade de Coimbra	13 de Dezembro de 1777	<i>de Zenopoli, Coadjutor e futuro sucessor do Bispado de Coimbra, Reformador Reytor da Universidade"</i>	Franco de Almeida Serra que o assinou.
5	Algumas notas biográficas do Coronel com exercício de Engenheiro Ricardo Franco de Almeida Serra	10 de Outubro de 1958	Cap. J. Costa Pereira	
6	Apontamento Biográfico Serra (Ricardo Franco de Almeida)	sem data	anónimo	

Note-se que, face aos documentos indicados, a ida de Ricardo Franco de Almeida Serra para o Brasil, os seus trabalhos lá efectuados, o episódio do Forte de Coimbra e até a sua morte não estão documentados no processo individual com documentos da época.

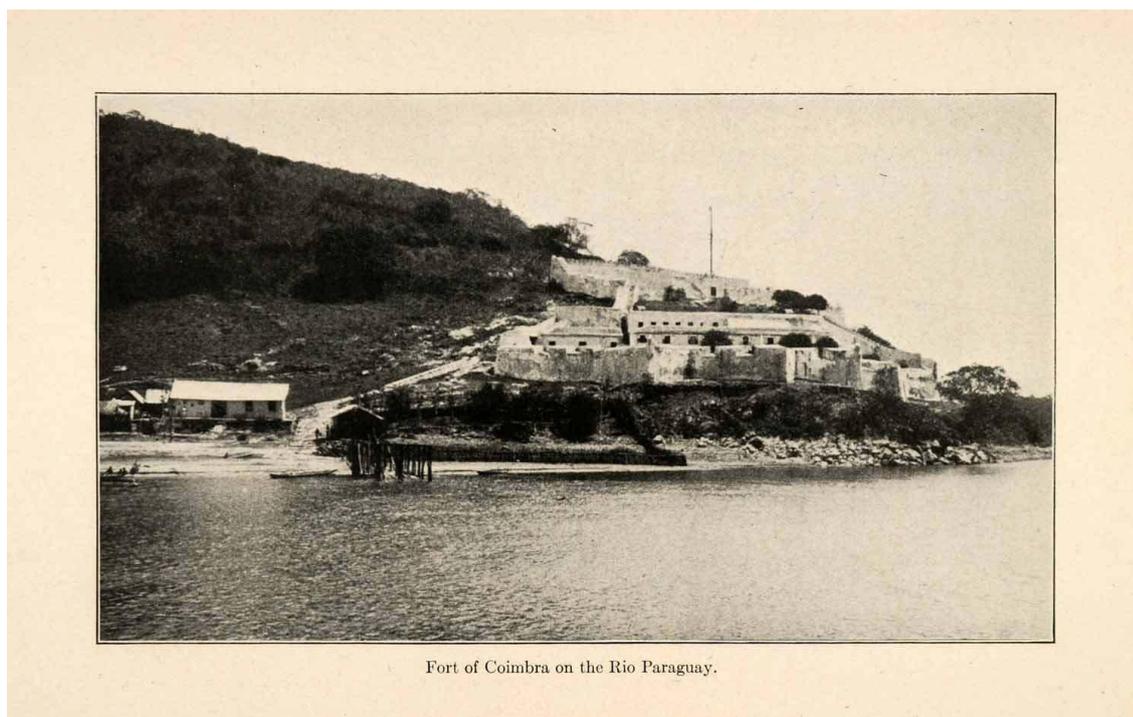


FIG. 1 - Bilhete Postal com fotografia do Forte de Coimbra

ORIGEM FAMILIAR E NOBREZA

Na súplica que Ricardo Franco de Almeida Serra faz a D. Maria I, existente no seu processo individual (Doc. 1) para a sua promoção a Capitão, diz-nos "*ser filho de Jose de Almeida Serra, hum dos Criados, que por toda a sua vida, serviu com Honra, e prestimo, aos Augustissimos Senhores Reys D. João 5º e D. Jose 1º, pay e avo de V. Mag.^{den}*". Esta

informação sobre a actividade profissional do pai - criado, opõe-se a diversas informações biográficas que o referem como Nobre⁵.

Outra fonte que nos permite confirmar que José de Almeida Serra não era Nobre, é o Alvará⁶ de 02 de Dezembro de 1751 que o nomeia serventuário.

Mas os documentos do processo individual de Ricardo Franco de Almeida Serra dão-nos outra informação sobre a sua família. De facto, o Doc. 3 foi entregue a Pedro Gerardo de Almeida Serra que o assinou. A similitude de apelidos levou-nos a crer que se trata de um familiar. Vimos essa tese confirmada através do Alvará⁷ de 31 de Janeiro de 1783 que concede a Pedro Gerardo de Almeida Serra o “Foro de Cavaleiro Fidalgo” e o identifica como filho de José de Almeida Serra, ou seja, irmão de Ricardo Franco de Almeida Serra. Quero contudo sublinhar que esta condição de Pedro Gerardo de Almeida Serra não concede qualquer grau de nobreza, titulada ou não, a Ricardo Franco de Almeida Serra.

Outro facto que nos permite afirmar que Ricardo Franco de Almeida Serra não usufruía da condição de Nobre, é que este nunca requereu assentamento de praça como cadete em Companhia de Infantaria, Cavalaria, Dragões ou Artilharia, prerrogativa reservada aos filhos de Nobres que pretendiam servir ao Rei como militares. Se o tivesse feito, esse tempo de serviço seria mencionado certamente por Alexandre Pegado Mexia Roda e São Martinho na sua certidão de fé de ofício (Doc. 3). A prerrogativa de assentar praça como cadete foi instaurada pelo Alvará de 16 de Março de 1757 de D. José I, que cria as condições para que filhos de nobres entre os 15 e os 20 anos sirvam como cadetes. Ricardo Franco de Almeida Serra fez 15 anos em 1763, estando portanto em vigor o referido Alvará.

ALUNO PARTIDISTA DA ACADEMIA MILITAR DA CORTE

Segundo o Doc. 3 do seu processo individual, Ricardo Franco de Almeida Serra foi aluno da Academia Militar da Corte por dois anos, dois meses e seis dias, com exercício de partidista. Esta condição de partidista corresponderia ao que hoje se costuma chamar de bolseiro, que tem uma bolsa de estudo.

ACTIVIDADES EM PORTUGAL

Da leitura dos Doc. 2 e Doc. 4 podemos enumerar os principais trabalhos efectuados por Ricardo Franco de Almeida Serra em Portugal.

São eles:

- “mapa topográfico que retirou das Coitadas Reais de Pancas, Samora⁸, Benavente, Salvaterra, Muge⁹, Almeirim e toda as suas montarias”;
- “mapa geral de todas as lezírias, e margens do Tejo, onde se configurarão as terras de todos os particulares, com o calculo da superfície, e produção de cada huã dellas”;
- “a planta de todas as Villas de Ribatejo da p.^{te} do Norte e do Sul”;
- “o mapa do Sitio dos Olhos d’agoa [...] a V.^a de Setubal”;
- “o mapa que retirou do Campo, e Foz do Rio Lima, niveis, e projeto para sua abertura, e concerto”;
- “o mapa dos Campos vezinhos à Vila da Figueira¹⁰, e Rio Mondego”;
- “os mapas dos Campos de Alcobaça, Alfizeirão¹¹, e Foz de S. Martinho¹²”;

⁵ Por exemplo, *Dia do Quadro de Engenheiros Militares, Ricardo Franco – Patrono da Engenharia Militar*, Notícias do Exército – A Palavra da Força, Centro de Comunicação Social do Exército, Brasília, ano LII, número 10.495, de 3 de Agosto de 2008.

⁶ Registo Geral de Mercês de D. José I, livro 3, f. 358, ref^a PT-TT-RGM/D/3/90257, Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

⁷ Registo Geral de Mercês de D. Maria I, livro 14, f. 167, ref^a PT-TT-RGM/E/115603, Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

⁸ Hoje chamada de Samora Correia.

⁹ Hoje chamada de Muge.

¹⁰ Hoje chamada de Figueira da Foz.

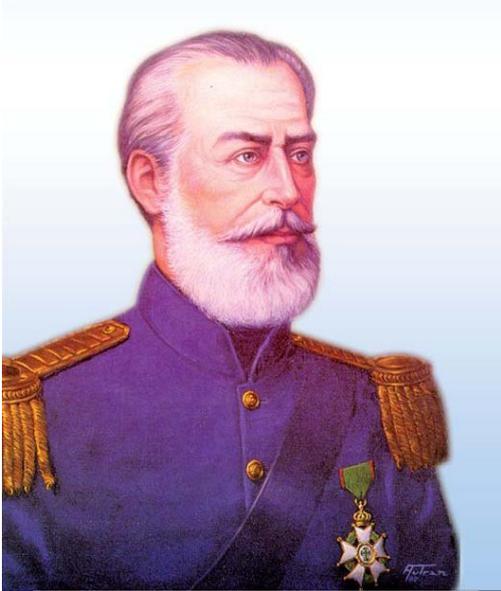


FIG. 6 - Retrato de Ricardo Franco de Almeida Serra

Sciencias naturaes]; o que cumpro pello espaço de mais de quatro annos assumindo effectivamente à sua construção, indo repetida vezes aprontar, e fazer

- “o mapa do Citio das minas de Cravão de pedra na villa de Buarcos, e a do terreno contiguo em huma legoa de distancia”;
- “a planta da Cid.^e de Coimbra, e a do Terreno, em que se comprehendem as Fraguezias circum vezinhas, e as confinantes com as da dita Cidade”;
- “Projetos, Inspecção, Construção, Calculos, e Medições dos Edifícios, que novam.^{te} se edificarão na Universidade de Coimbra p.^a o uzo das Ciencias naturaes, asestindo, e derigindo efectivam.^{te} à sua construção, e aumento; hindo p.^a o mesmo fim á Mata da Magarasa na Serra da Estrella, concertar, e fazer os novos caminhos, que se abrirão athe a foz do Rio Alva, p.^a mais facilmente se transportarem as madeiras, que da referida mata, fez conduzir para as referidas obras”;
- “deliniar, dirigir, e fazer executar os sobreditos edifícios [edifícios, que novamente se construirão na Universidade de Coimbra para uso das Sciencias naturaes]; o que cumpro pello espaço de mais de quatro annos assumindo effectivamente à sua construção, indo repetida vezes aprontar, e fazer conduzir de citios distantes alguns materiaes precizos, executando sempre com sciencia, zelo, e actividade tudo o que lhe foi determinado”.

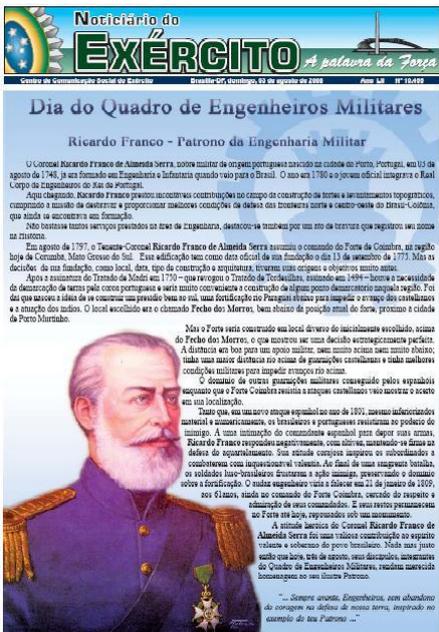


FIG. 2 - Capa do boletim Noticiário do Exército - A Força da Palavra, ano LII, nº. 10.495

podemos ver um desses retratos. Está assinado por Autran, mas desconhecemos com exactidão o seu autor.

ICONOGRAFIA E A ORDEM DE AVIS

Aparecem editados em publicações do Exército Brasileiro retratos que pretendem representar Ricardo Franco de Almeida Serra. Sobre a fisionomia nada diremos, mas a condecoração que ostenta merece a nossa atenção.

No boletim Noticiário do Exército – A Palavra da Força, ano LII, nº. 10.495, cuja capa reproduzimos,



FIG. 5 - Insignia de Cavaleiro da portuguesa Ordem Militar de Avis.

¹¹ Hoje chamada de Alfeizerão, no concelho de Alcobça.

¹² Hoje chamada de S. Martinho do Porto, no concelho de Alcobça.



Fig.7 - Detalhe do retrato com a condecoração

A condecoração representada não corresponde à portuguesa Ordem Militar de Avis ou de São Bento de Avis, com que Ricardo Franco de Almeida Serra foi agraciado no grau de Cavaleiro. Representará, eventual e anacronicamente, a brasileira Ordem Militar de São Bento de Avis que D. Pedro I terá criado ao conservar, no Império, as ordens honoríficas portuguesas.

A fita representada é verde com as orlas em vermelho tal como está descrita no artigo 3.º do Decreto n.º 321 de 9 de Setembro de 1843, de D. Pedro I. Deveria estar representada totalmente verde para representar a Ordem Militar de Avis portuguesa.

A medalha representada tem uma cruz de cinco braços pomoteada, com círculo central com a cruz da Ordem, sendo que a medalha portuguesa tinha uma cruz de quatro braços. Logicamente, a medalha de Ricardo Franco de Almeida Serra estaria encimada por coroa real e não por coroa imperial.

Apesar de, à época, haver vários modelos de insígnias da Ordem de Avis, muito por causa de influências francesas nomeadamente da Ordem de São Luís, podemos com elevada probabilidade dizer que a insígnia que Ricardo Franco de Almeida Serra tinha direito a ostentar seria idêntica à figura 5.

Surge também outra imagem com regularidade em órgãos de comunicação¹³, para representar Ricardo Franco de Almeida Serra, que incorre nos mesmos erros, apesar de esta insígnia faltar a coroa entre a fita e a medalha.

General Silvino da Cruz Curado

O REAL FORTE DO PRÍNCIPE DA BEIRA: ENTRE OS MITOS E A VERDADE POSSÍVEL

Texto da conferência proferida no auditório da Embaixada de Portugal em Brasília, a convite do Instituto Camões, tendo por base um artigo a ser incluído no LIVRO DE HOMENAGEM AO SENHOR PROFESSOR DOUTOR ANTÓNIO DIAS FARINHA

Brasília, 24 de Novembro de 2010

O REAL FORTE DO PRÍNCIPE DA BEIRA: ENTRE OS MITOS E A VERDADE POSSÍVEL¹⁴

Propósito

Da Antiguidade, chegaram-nos os mitos referidos a deuses ou factos grandiosos, heróicos ou terríveis, sempre envoltos em lendas e fábulas que provocavam atitudes de

¹³ Por exemplo no sítio <http://www.forte.jor.br/2011/08/03/3-de-agosto-dia-do-quadro-de-engenheiros-militares/>, visualizado a 28 de Agosto de 2012. Este artigo faz referência a que a fonte a foto é do EB, Exército Brasileiro. Outro caso http://combatemilitarbrasil.zip.net/arch2011-08-07_2011-08-13.html, visualizado em 22 de Novembro de 2012.

¹⁴ **ABREVIATURAS:** AHU – Arquivo Histórico Ultramarino; CPMM – Caetano Pinto de Miranda Montenegro, 6.º Governador e Capitão-General (CG) de Mato Grosso (MGr) (1796-1803); DARM – D. António Rolim de Moura, 1.º Governador e CG de MGr (1751-1764); DMCR – Diogo de Mendonça Corte-Real, Secretário de Estado da Marinha e dos Domínios Ultramarinos (SEMDU) (1750-1756); DRSC – D. Rodrigo de Sousa Coutinho, SEMDU (1796-1801); FXMF – Governador e CG do Maranhão e Grão Pará (1751-1759) e SEMDU (1760-1769); JAMPC – João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, 5.º Governador e CG de MGr (1789-1796); JPC – João Pedro da Câmara, 2.º Governador e CG de MGr (1765-1769); LAMPC – Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, 4.º Governador e CG de MGr (1772-1789); LPS - Luís Pinto de Sousa, 3.º Governador e CG de MGr (1769-1772); MMC – Martinho de Melo e Castro, SEMDU (1770-1795); TCCR – Tomé da Costa Corte-Real, SEMDU (1756-1760)

admiração mas também de dúvida, quando não de incredibilidade. Com o tempo, por extensão e pelo uso de sentidos figurados, tal designação passou a aplicar-se também aos humanos e aos seus actos, ora acentuando os aspectos excepcionais, ora contrariando o exagero da imagem divulgada e aceite.

É, assim, o lendário e mítico Forte do Príncipe da Beira. Grandioso nas suas dimensões para o doentio fim de mundo onde foi construído, engolido pela selva e esquecido durante décadas, ainda hoje é de tão difícil acessibilidade para o comum das pessoas que permite dar asas à imaginação. E, afinal, como sempre se acentua, para nunca ter disparado um tiro!

Depois, como se a odisséia da sua construção não tivesse sido suficientemente grandiosa, ainda se acrescenta a fábula: as pesadas pedras que revestem as altas muralhas foram levadas de Portugal, de Belém do Pará ou, até, de Pernambuco¹⁵, como recentemente se escreveu, a propósito de um concurso de grande impacto televisivo, relacionado com património de origem portuguesa no Mundo.

Atestando o alto risco que corriam todos aqueles que navegavam ou se estabeleciam nas margens do rio Guaporé, não tanto pela acção das forças castelhanas, como pela acção das nuvens de mosquitos na transmissão da malária, lá faleceram da referida moléstia, para além do quinto e do sétimo governadores da Capitania, o engenheiro militar que iria projectar e dirigir a construção do Forte e o que se lhe seguiu, quando ainda pouco se obrara. Tal como o segundo ouvidor nomeado para Mato Grosso, que faleceu sem ter tomado posse, era comum morrerem mineiros e escravos poucos dias depois de terminadas as suas penosas viagens. Recorde-se que, só passado um século, se conheceu a intervenção dos mosquitos na transmissão da perigosa doença.

Alguém se lembrou de atribuir a conclusão das obras do mencionado forte ao também mítico engenheiro militar Ricardo Franco de Almeida Serra, o notável cartógrafo, geógrafo e explorador de Mato Grosso e heróico construtor e defensor do Forte Nova Coimbra, figura tão prestigiada que é actualmente o Patrono dos Engenheiros Militares do Exército do Brasil. De então para cá, foram muitos os que repetiram aquela atribuição, quer na escrita, quer nessa fonte universal de “verdades” em que se converteu a INTERNET. Devo penitenciar-me por também o ter escrito¹⁶.

Finalmente, o responsável pela construção da fortificação, quarto Governador de Mato Grosso, justamente apelidado de “fronteiro insigne”, que durante 17 anos lutou obstinadamente, até contrariando os Tratados, pela fixação da raia oeste do Brasil lá onde hoje se encontra, apesar da sua tão elevada “estatura” em tantos aspectos, teria sido traído nos aspectos patrimoniais pela fragilidade da sua condição humana. E o mesmo se poderá dizer do engenheiro militar que dedicou à referida construção vinte anos da sua vida naqueles confins, sem apoio da família que o esperava em Belém. Justamente, o sexto Governador, depois de lhe fazer largos elogios enquanto à direcção das obras, procurou desculpar-lhe as suas fraquezas escrevendo: *Os homens não são para tudo e a grande arte de quem os governa é saber proporcionar aos diferentes empregos os seus diversos talentos e capacidades*¹⁷.

A história do Forte Príncipe da Beira e da fronteira que levou à sua construção está feita nas suas linhas gerais e não caberia neste modesto trabalho que, apenas, pretende dar

¹⁵ Vários, *27 Maravilhas de origem portuguesa no Mundo, América do Sul*, s/l, Tugaland Edições, 2009, p. 145.

¹⁶ Silvino da Cruz Curado, “O factor militar na política de fixação da fronteira oeste do Brasil”, *Actas do V Colóquio de História Militar*, Lisboa, CPHM, 1994, pp. 219-230. Também em separata.

¹⁷ AHU, Mato Grosso, doc. 1851, 13-03-1799, de CPMM para DRSC.

um contributo ao restabelecimento da “verdade possível” sobre os pontos concretos anteriormente mencionados e outros que correm em versões igualmente duvidosas.

Com a expressão “verdade possível” não se pretende entrar nas discussões da Teoria da História. Trata-se, apenas, de reconhecer as limitações postas à minha investigação pelo tempo disponível e pela impossibilidade de confrontar algumas fontes manuscritas portuguesas com as pertinentes de origem espanhola. Falta-se, assim, a um dos requisitos da actual História Militar que consiste em observar a Guerra dos dois lados.

Pelo que respeita a possíveis actuações ilícitas de responsáveis, mesmo quando houve devassas que as apontam, ficaram-se pela “verdade possível”, adiante descrita.

Visando a concretização do exposto, esta apresentação, iniciada com um rápido enquadramento geral histórico-geográfico, procurará dar a conhecer as razões que levaram à construção do Forte, indicar quem o projectou e lhe dirigiu as difíceis obras e revelar curiosos documentos sobre o comportamento humano de alguns desses responsáveis.

Enquadramento histórico-geográfico

Os portugueses cedo tomaram conhecimento, através de relatos de índios, do mito da Ilha-Brasil. De forma simplificada, tratava-se da existência de uma enorme ilha, circundada pelo Atlântico e pelos rios da Prata e Amazonas, os quais teriam a sua origem na grande Lagoa de Xarayes. Com o tempo, veio a verificar-se que a referida Lagoa era, afinal, uma depressão com a área equivalente a uma vez e meia a de Portugal, situada sobretudo na margem esquerda do Rio Paraguai que este inunda, anualmente, na época das chuvas. É, agora, conhecida por Pantanal Matogrossense.

Ora acontece que o rio Paraguai, sendo afluente do Rio Paraná, o principal formador do Rio da Prata, tem fontes bem próximas de outras cujas águas se encaminham para norte, pelo Rio Guaporé, tributário do Mamoré, formador do Madeira, extenso e caudaloso afluente da margem direita do Amazonas. Menos de duas léguas separam as duas grandes bacias hidrográficas, tendo-se chegado a pensar na abertura de um canal que as ligasse e permitisse a navegação de uma para outra. Desta forma, o mito não se afastava muito da realidade e a fronteira natural que estes rios conferiam, no sector que aqui interessa, foi devidamente aproveitada por Alexandre Gusmão, na cuidada preparação do tratado de limites de 1750 que anulou a ultrapassada Linha de Tordesilhas.

Tal só foi possível porque, no século anterior, os bandeirantes haviam destruído a pequena povoação de Santiago de Jerez (1632) e as missões espanholas de Itatim (1648), construídas na margem esquerda do rio Paraguai, no que é hoje o Estado de Mato Grosso do Sul e, ainda, porque a descoberta de ouro na região de Cuiabá (1718) e, depois, nas proximidades do rio Guaporé (1734), atraiu os povoadores que deram sustentação à tese do *uti possidetis*.

O amplo espaço a ocidente do rio Guaporé estava entregue aos cuidados das Missões Jesuíticas Espanholas de Moxos (Mojos) que ali tinham aldeado e catequizado mais de 20.000 índios, distribuídos por um número variável de aldeias (missões ou reduções) da ordem das 15, dispersas ao longo dos rios Guaporé, Mamoré e respectivos afluentes. Semelhantemente, a ocidente do alto Paraguai, situavam-se as Missões Jesuíticas de Chiquitos, com cerca de 10 aldeias e idêntico número de nativos.

A Coroa de Espanha aproveitava o extremamente dedicado e eficiente zelo dos discípulos de Loyola para “amansar” e fixar os nativos num extenso cordão que se estendia até às duas margens do rio Uruguai, e para avançar sobre os territórios que Tordesilhas lhe

atribuíra ou, no mínimo, para deter maiores progressos dos portugueses. Os jesuítas, entre quais muitos estrangeiros, conseguiam, nas áreas onde se estabeleciam, razoável auto-suficiência, evitavam a presença de brancos por os considerarem perturbadores da sua acção e, na prática, pouca influência recebiam das autoridades e até dos bispos.

Para a finalidade deste trabalho, interessa considerar, sobretudo, as Missões de Moxos cujo espaço se situava na dependência do Governador de Santa Cruz de La Sierra, subordinado do Presidente da Audiência de Charcas e este do distante Vice-Rei do Peru.

Ainda que relativamente próximos, não havia qualquer contacto oficial entre as missões espanholas e os mineiros portugueses, havendo pouca informação recíproca. Se a Espanha receava a aproximação à sua prata de Potosi, Portugal temia o contrabando do ouro e o ciúme dos vizinhos que, sabendo as minas tão próximas e tão avançadas em relação à linha de Tordesilhas, reclamassem a sua posse, inclusive de armas na mão ou, no mínimo, dificultassem as negociações de limites cuja necessidade se tornava evidente. Já bastava o problema da Colónia do Sacramento, fundada em 1680, a qual deu origem, no sul, a um conflito de século e meio, chegando várias vezes às armas.

O encontro, que se adivinhava, veio a dar-se em 1742, resultado do endividamento de alguns mineiros do “distrito” de Mato Grosso, próximo do rio Guaporé, que viviam quase sem lei, a cerca de mil quilómetros, da vila de Cuiabá, onde havia as mais próximas autoridades, isto é, as municipais, e um ouvidor, dependentes do distante Governador de São Paulo. Pressionados pelos credores e perdida a esperança na mineração, resolveu um grupo de falidos sertanistas dirigir-se às missões, na intenção de com elas encetar negócios, o que não resultou devido à proibição imposta aos padres da Companhia pelas autoridades espanholas. Face ao sucedido, enquanto uns regressaram aos arraiais, Manuel Felix de Lima decidiu descer os rios Guaporé, Mamoré, Madeira e Amazonas até Belém. Enviado para Lisboa por ter saído das minas utilizando uma via não autorizada, forneceu, nos interrogatórios, informações muito úteis para avaliação da situação naquela fronteira, enquanto os padres, por sua vez, deram conta do sucedido ao Superior e ao Governador de Santa Cruz de la Sierra, os quais reforçaram as anteriores proibições.

No ano seguinte, por ordem do Ouvidor de Cuiabá, voltaram os sertanistas às Missões onde foram proibidos de visitar as aldeias. Descobriram, então, a primeira missão estabelecida na margem direita (oriental) do rio Guaporé, a qual não existia quando por lá tinham passado em 1742. Chamava-se Santa Rosa e este nome viria a atingir dimensão mítica, a ponto de ser expressamente nomeado no Tratado de Madrid de 1750 e de constituir um foco de conflitualidade entre as duas Coroas, durante toda a segunda metade do século XVIII. Pouco depois, foram criadas, na mesma margem, as aldeias de S. Miguel e S. Simão, passando os padres a tentar impedir a navegação de portugueses no rio Guaporé, no trecho em que dominavam as duas margens. Tais factos, a serem aceites, retiravam a possibilidade de navegação entre Mato Grosso e Pará, forneciam aos espanhóis uma base para descoberta de minas de ouro no território que se queria português e retiravam coerência à tese do direito com base na posse que Alexandre de Gusmão se preparava para fazer vingar em próxima negociação de limites.

Em 5 de Agosto de 1746, na reacção a estas notícias, foi comunicada ao Governador de S. Paulo a decisão régia da criação de uma vila em Mato Grosso e dadas detalhadas instruções¹⁸ sobre a forma de o fazer, para além de privilégios destinados a atrair moradores. Tratava-se de medidas essenciais para dar alguma ordem à reduzida população dispersa por

¹⁸ Manuel Rodrigues Ferreira, *História da Civilização Brasileira e Nas selvas Amazónicas*, S.P., Biblos, 1959, 1961.

arraiais e marcar a posse da região, o que só viria a ter lugar seis anos depois e num novo contexto. Resultou este da criação, em 1748, da Capitania Geral de Mato Grosso, cujo primeiro governador, D. António Rolim de Moura, só tomou posse, em Cuiabá, a 17 de Janeiro de 1751, um ano depois da assinatura do Tratado de Limites, o qual tornava obsoletos alguns pontos das referidas instruções assinadas pela Rainha, em 19 de Janeiro de 1749¹⁹.

Convém, no entanto, respigar das mesmas algumas disposições. Assim, “a cabeça do governo”, isto é a vila já mandada levantar, devia situar-se no distrito de Mato Grosso e nas vizinhanças do rio Guaporé; Mato Grosso era considerado a *chave e propugnáculo do sertão do Brasil pela parte do Peru*, não se devendo consentir que os espanhóis se adiantassem na nossa parte; deveria manter-se a navegação e a pesca no Guaporé, contrariando a pretensão da Espanha de se apoderar delas; sobre a abertura da navegação pelos rios para o Pará, aguardava-se o resultado do reconhecimento mandado fazer a partir de Belém e o parecer do Governador mas, em qualquer caso, deveriam ser mantidas as ligações com São Paulo, por haver conveniência em manter frequentado o sertão intermédio.

A *sincera e cordial amizade*, que os Reis de Portugal e Espanha professavam no recente Tratado, eram o único facto tranquilizador para Rolim de Moura. Transitoriamente, não tinha que se preocupar com os vizinhos espanhóis. Tudo o resto eram dificuldades.

Depois de ter conhecido, na sua passagem, a situação no “distrito” de Cuiabá, levou mais 41 dias para chegar ao local escolhido para a nova Vila, à qual daria o nome de Vila Bela da Santíssima Trindade, e foi passar a época das águas no arraial de São Francisco Xavier, a partir do qual se familiarizou com os dramáticos problemas dos mineiros. De novo no descampado da projectada vila, uma Brasília do século XVIII, serviram-lhes *de casas ranchos de palha, que nem bem resguardavam a chuva, nem o calor do sol e, muito menos, os ventos e as friagens, e em que o soalho é a mesma terra húmida*²⁰, como escreveu em longa carta de 47 páginas, *havendo-a começado e feito muita parte dela com febre e com sezões, e o resto mal convalescido*.

Para além das debilitantes e muitas vezes fatais doenças, pormenorizava a *falta de meios*, essa persistente endemia doutra natureza que sempre atribulou os portugueses, mas que ali atingia o grau extremo. Não era só a falta rendas da Fazenda e os preços *exorbitantíssimos* do pouco que lá chegava, devido às impressionantes distâncias, por rios encachoeirados e sujeitos a ataques impiedosos dos índios, de cerca de 3.500 quilómetros a S. Paulo e 4.500 a Belém, sendo que autorização da navegação para esta última só teve lugar em meados de 1753. Era, sobretudo, a falta de gente, não existindo nas minas do distrito de Mato Grosso mais que 70 brancos, dos quais apenas 7 casados, 70 mestiços e pretos forros e 1.175 escravos. A mortalidade era muito grande e não só já tinha cessado a passada afluência de novos faiscadores, devido ao forte decréscimo da produção, como muitos mineiros se arruinaram ao largar tudo para correrem às frustradas promessas do rio Arinos e já não voltaram.

De muito mais se ocupava a “conta” do Governador, mas considera-se suficiente o que fica exposto, para se apreciar o gigantesco esforço deste e dos cinco seguintes governadores para demarcar a fronteira oeste com povoações e fortificações e manter em respeito os inconformados vizinhos. Tardios e quase desconhecidos construtores de Impérios, deram importante contributo à grandeza territorial do Brasil.

A decisão, o projecto e a construção do Forte Príncipe da Beira

¹⁹ Transcritas na *Revista do IHGB*, LV parte I, R.J., 1892, pp. 381-390.

²⁰ AHU, Brasil, MGr, doc. 381, de 28-5-1752, de DARM para DMCR.

Ainda que seja frequentemente atribuída ao Governador a expulsão, da margem direita do Guaporé, dos missionários e dos seus "filhos", foram os próprios jesuítas que decidiram e executaram a mudança para a margem espanhola, nos anos de 1753 e 1754. Ao fazê-lo, violaram, propositadamente, duas disposições do Tratado: levaram os índios sem que, na presença dos comissários das demarcações de limites, lhes fosse permitido optar por continuarem onde estavam mas sob soberania portuguesa, e destruíram e incendiaram a maior parte das instalações.

As demarcações dos limites no sector do Guaporé nunca se chegaram a efectuar, sucedendo-se queixas e incidentes que era de esperar numa fronteira tão extensa, pouco habitada e não fiscalizada. No Sul do Brasil, foi necessário, de 1754 a 1756, empenhar forças militares portuguesas e espanholas para ocupar as Missões Orientais do Uruguai (7 Povos das Missões)²¹ de que resultaram graves acusações aos jesuítas o que, junto às queixas de falta de colaboração dos inacianos portugueses e espanhóis no sector amazónico e às acusações que por essa época se lhe faziam em Portugal, resultou, na correspondência oficial e na actuação dos governadores, uma atitude anti-jesuítica, a qual, de certo modo, reflectia a mensagem da célebre *Relação Abreviada*²².

Os jesuítas de Moxos consideravam ser do domínio espanhol a margem direita do Guaporé, pelo menos até ser efectuada a demarcação dos limites que consideravam injustos. De facto, como todos os inacianos confrontantes com o Brasil, acreditavam serem capazes de convencer o seu Monarca a denunciar um tratado a seu ver iníquo, pelo que continuavam a passar o rio *a buscar gentio, cacau, baunilha e canoas*²³ como faziam antes, e consideravam invasões do território espanhol qualquer actividade nesse espaço, como foi o estabelecimento, em 1754, a cargo de um jesuíta português da aldeia de índios de São José, situada, rio a baixo, a cerca 600 quilómetros de Vila Bela.

Em sentido contrário, era a posição do Governador, apoiada pela Corte. Sendo o limite o Rio Guaporé, era este tão evidente que os jesuítas tinham passado as suas três aldeias para o seu lado, sem aguardarem a demarcação, pelo que devia mandar ocupar a margem direita, evitando a criação de *uma espécie de domínio independente das duas Coroas*²⁴. E como os padres continuassem as *entradas ao sertão da nossa banda* a recolher gentio e fizessem ameaças com forças espanholas, decidiu em 1757, lançar no rio duas canoas armadas em guerra e ocupar um dos poucos pontos elevados, o Sítio das Pedras, dois dias abaixo da aldeia de São José.

As ordens de Lisboa reflectiam a aversão aos jesuítas que ali subira de tom. Em 1757, era recomendado ao Governador que repelisse as violências que os mesmos fizessem, *deitando sempre sobre eles a culpa que na verdade têm, sem tocar de nenhuma sorte na Corte de Madrid*²⁵. No ano seguinte, foi-lhe enviada, por ordem de El-Rei, uma carta instrutiva de 34 parágrafos, desenvolvidos num ofício de 9 páginas do Secretário de Estado. Sua Majestade estava sendo atacado, em todas as fronteiras, do Rio da Prata ao Amazonas, por *aquela clandestina Potência Eclesiástica*. Havia que levar-lhe a guerra a suas casas para *nos deixarem gozar do que é nosso na parte oriental do Guaporé*. Não se tratava de uma guerra

²¹ Silvino da Cruz Curado, "A Guerra Guaranítica: uma guerra invulgar, ignorada e incómoda", *Actas do XXIV Congresso Internacional de História Militar*, Lisboa, CPHM, 1988, pp. 259-270.

²² José Caeiro, *História da expulsão da Companhia de Jesus da Província de Portugal*, Lisboa, Verbo, vol. I, 1991, pp. 315-330.

²³ AHU, Brasil, MGr, doc. 543, 20-03-1757, de DARM para DMCR.

²⁴ AHU, Brasil, MGr, doc. 534, 11-12-1756, de DARM para DMCR.

²⁵ AHU, Brasil, MGr, doc. 554, de 07-07-1757, de TCCR para DARM.

formal que pudesse ser imputada ao Governador, mas represálias de insultos, através de actos de razia e pilhagem sobre as suas aldeias, levados a cabo por índios comandados por sertanistas com disfarce de gentio²⁶.

Em simultâneo, foi dado ordem aos governos do Pará e de Goiás para, em caso de necessidade, socorrerem o Governo de Mato Grosso, o que aconteceu várias vezes, ainda que os socorros levassem muitos meses a chegar, devido às grandes distâncias. A partir de 1759, este último Governo passou a receber, do de Goiás, um subsídio anual de 6 a 10 arrobas de ouro, ainda insuficiente para cobrir as despesas da recente Capitania, onerada por acrescidos gastos militares.

Com efeito, havendo indícios e notícias de que os padres se preparavam para voltarem a ocupar o sítio de Santa Rosa Velha, designação que o distinguia da Nova redução da mesma invocação, levantada uma légua a baixo, na margem esquerda, decidiu o Governador, *na forma das ordens de Sua Majestade*, a instalação, em Fevereiro de 1760, de uma guarda no referido sítio, a qual fez questão de acompanhar pessoalmente. Retirou-se, passados dois meses, depois de aquartelada a heterogénea guarnição de 85 homens, difícil de alimentar a partir de Vila Bela, à distância de 1.000 quilómetros, ou seja a 15 dias de viagem na descida do rio e um mês na subida. Deixava marcada e iniciada uma estacada e duas pecinhas de artilharia suficientes para enfrentar qualquer ataque dos índios das missões vizinhas. Quanto aos espanhóis, ficavam longe, não estavam adaptados a região tão doentia e os padres, que os utilizavam como ameaça, não gostariam de os sofrer e alimentar no seu “privativo” território²⁷.

Com as duas guardas, em Santa Rosa e no Sítio das Pedras, as aldeias de S. José e de N.ª S.ª da Boa Viagem, esta em instalação no rio Madeira, e a colocação pelo Pará, em Borba, perto da foz do mesmo rio, de uma força de socorro, contava Rolim de Moura estarem lançadas as bases mínimas de apoio à navegação da nova Companhia Geral de Comércio e da segurança da sua Capitania.

Mas reclamaram os jesuítas e o Governador de Santa Cruz de la Sierra deslocou-se, em Setembro, a Santa Rosa Nova, donde, não encontrando já Rolim de Moura, lhe enviou um mestre de campo de milícias com um vigoroso protesto, não só pela ocupação de território da sua jurisdição e incidentes relacionados, mas ainda por se ter feito um forte e colocado artilharia na margem do rio indicado para fronteira, o que infringia as normas do Tratado. Um ano depois, chegou a Vila Bela nova *embaixada* espanhola para intimar formalmente o Governador a abandonar Santa Rosa, ocupada com base no Tratado de Limites que o novo Rei Católico tinha anulado²⁸.

Só em Fevereiro de 1762, recebeu o Tratado del Pardo de 1761 e, na falta de outras ordens, chegou em Setembro a Santa Rosa, a que mudara o nome para Nossa Senhora da Conceição, decidido a construir as instalações necessárias, incluindo as destinadas a um socorro de pessoal que esperava do Pará, envolvê-las por um forte pentagonal que substituisse a frágil estacada e, não sabendo *o que se passa lá no interior do Peru*, instruir a guarnição, na maior parte sem qualquer preparação militar. Entretanto, para desespero dos jesuítas, já estavam aldeados a uma légua, na nossa banda, 170 índios das suas missões, os quais sendo naturais da mesma, facilmente se deixaram aliciar para passarem o rio, o que

²⁶ AHU, Brasil, MGr, doc. 581, de 26-08-1758, de TCCR para DARM.

²⁷ AHU, Brasil, MGr, doc. 613, de 22-02-1760; 621, de 07-08-1760, de DARM para TCCR.

²⁸ AHU, Brasil, MGr, doc. 632, de 08-11-1760; 635, de 20-04,1961, de DARM para D. Luís da Cunha.

levou ao abandono de Santa Rosa Nova e à transferência da restante população da mesma para uma aldeia afastada do Guaporé²⁹.

A partir do mês de Abril de 1763, teve lugar uma estranha guerra, que Rolim de Moura interpretou ser de bloqueio para o render pela fome, através de uma estacada com 500 homens e artilharia, duas horas a montante da sua, destinada a impedir a ligação com Vila Bela, e uma outra postada na foz do rio Mamoré, para evitar reforços do Pará. Só então soube que o Rei Católico tinha declarado guerra ao Fidelíssimo e, segundo o comandante *castelhano, tinha já tomado a maior parte do Reino*.

Com trabalhos e riscos redobrados foi-se iludindo o bloqueio e, em 8 de Maio, uma pequena força portuguesa tomou e destruiu a aldeia de S. Miguel, aprisionou os dois jesuítas que a dirigiam e transportou para a nossa estacada, em dias sucessivos, grandes quantidades de abastecimentos que ali escasseavam, sem qualquer oposição da força inimiga que se mantinha encerrada na sua.

Depois de ter recebido reforços de Vila Bela, decidiu o Governador atacar, em 26 de Junho, a vizinha estacada, simulando uma acção a partir de canoas no rio para atrair a guarnição, enquanto uma força, que se deslocara de noite, se lançava contra a fortificação, pelo lado oposto. A operação, ainda que tivesse causado grande temor e severas baixas aos defensores, não teve o êxito desejado e causou 23 mortos e muitos feridos nos atacantes. O que sobrou em ímpeto, animosidade e desprezo pelos inimigos, faltou em disciplina e conhecimentos militares ao pequeno e heterogéneo grupo, constituído, na maior parte, por *paisanos, mulatos, pretos e recrutados novos*³⁰.

Em 10 de Agosto, chegou o Tratado de Paz, suspenderam-se as hostilidades, mas arrastou-se uma situação de justificada falta de confiança que manteve o Governador na Conceição. Em fins de Setembro de 1764, ainda o Governador vizinho, depois de receber as terras da Missão de S. Miguel, lhe exigiu, em consequência daquele Tratado, a entrega da estacada da Conceição, do Mato Grosso e Cuiabá. Ignorou as justificações da negativa de Rolim de Moura, já então Conde de Azambuja, e dirigiu-lhe um solene protesto *para que em nenhum tempo se entendesse que a Coroa de Espanha cedia aquele distrito*³¹. Dois meses depois, aportou a Conceição, trazendo oito peças de artilharia de trabalhoso transporte, João Pedro Câmara, sobrinho e sucessor do Conde, a quem comunicou a ordem de Sua Majestade *para se fazer a fortaleza no mesmo destacamento*. Tem interesse reter, pelas consequências futuras, as suas próprias palavras: *Depois de assentarmos no sítio mais próprio, e na forma dela, imediatamente se expedirão as ordens ao sargento-mor engenheiro para fazer o risco (...)*. Referia-se a José Matias de Oliveira Rego, também recém-chegado, a quem, meses depois, classificava de *totalmente incapaz e pouco benemérito do Serviço Real*. Contudo, está documentada a sua boa formação e atingiu o posto de brigadeiro, o que não era frequente na sua especialidade. Das palavras transcritas, poderá inferir-se não ter sido pedido o parecer prévio do engenheiro, numa matéria para a qual deveria estar particularmente habilitado³².

O novo Governador, em Abril de 1765, depois de ter tomado posse em Vila Bela, sofrido o primeiro ataque de sezões e concluído não haver doença que por lá não reinasse, voltou a Conceição para *dar calor à fortificação*, pressionado por notícias sobre preparativos

²⁹ AHU, Brasil, MGr, doc. 679, de 30-09-1762 de DARM para FXMF.

³⁰ AHU, Brasil, MGR, doc 691, de 31-05-1763; 698, de 21-07-1763, de DARM para FXMF. Brasil Geral, extenso doc. 1774, posterior a 11-04-167, relativo a esta guerra.

³¹ AHU, Brasil, MGr, doc. 738, de 14-02-1765, de JPC para FXMF.

³² AHU, Brasil, MGR, doc. 732 de 11-02-1765; 754 de 10-10-1765, de JPC para FXMF.

espanhóis para deitar fora os portugueses. Começou por mandar construir, com rapidez, uma defesa interina, sob a forma de uma estacada dupla com taipa no meio. Em Outubro já se trabalhava nos alicerces da nova fortaleza, mas com a lentidão imposta pela doença dos poucos pedreiros existentes. Em Junho de 1766, sabendo da presença de um coronel engenheiro, a que se juntaria o próprio Presidente da Audiência de Charcas, e de apreciáveis contingentes militares instalados em várias aldeias de Moxos, colocou no rio 6 canoas e um bote armados em guerra, e voltou a Conceição, por considerar que sem a sua assistência poderia haver alguma frouxidão na defesa da fortaleza, cuja obra já estava concluída, *no modo possível, de pedras, paus e terra, ficando bastante forte e defensável*, quando os espanhóis, em Outubro, ocuparam posições para a atacar³³. Referiu o Governador, terem estado envolvidos 4.200 homens, enquanto o já mencionado coronel referiu 2.000, mas menos de 1.000 no ataque planeado e preparado para o dia 22 do referido mês. As doenças tinham incapacitado, e mesmo morto, uma parte considerável do efectivo espanhol, não adaptado àqueles pantanais. De qualquer forma, a superioridade numérica dos atacantes era esmagadora e dispunham de boa artilharia, enquanto a chamada “fortaleza” não era, como se verá à frente, tão defensável como se tinha dito e os reforços pedidos com grande antecedência, ao Pará e a Goiás, só chegaram alguns dias depois...

Por vezes, as Cortes alimentavam, na América, conflitos que, dado o longo tempo que levavam as comunicações e a preparação das consequentes acções, estas ocorriam quando já eram inoportunas e prejudiciais, face a novas situações na Europa. Neste caso, um postilhão evitou maior agravo, ao entregar, exactamente na noite que antecedia o ataque, ao mencionado Presidente, a ordem, de 4 de Julho, do seu Monarca, para suspender todo o acto de força. Por esta época, esperava o Marquês de Pombal receber a notícia da tomada, por forças portuguesas, de Vila de Rio Grande, no Rio Grande do Sul, e, nessa esperança, reteve demasiado tempo a correspondente ordem de suspensão para o Vice-Rei do Brasil, a qual, chegando muito tarde, não evitou a operação, parcialmente mal sucedida, criando um perigoso incidente que se disfarçou com a substituição do Vice-Rei e do Governador da respectiva Capitania, e a alegação de se ter tratado de uma *guerra ridícula de subalternos*³⁴.

João Pedro da Câmara, sem força para impedir a ocupação das posições do atacante, não mandou fazer qualquer disparo, guardando as escassas munições para a defesa e os espanhóis, desejando tranquilidade para as suas manobras, também não fizeram uso das armas. Para surpresa dos portugueses, sem troca de tiros nem mensagens, viram os vizinhos levantarem as suas posições e afastarem-se do rio Guaporé. Tinha terminado esta guerra fantástica que custou o cargo ao Presidente da Audiência³⁵. O seu sucessor e o referido coronel engenheiro, entretanto nomeado Governador de Moxos, cargo resultante do vazio provocado pela recente expulsão dos jesuítas daquelas missões, iniciaram nova guerra, desta feita epistolar, repetindo anteriores argumentos, e exigindo a demolição da fortaleza ou, no mínimo, das obras de reforço que se lhe faziam, revestindo-a com muralha de pedra e barro, o que era um acto de força. Respondia-lhes João Pedro da Câmara dizendo tratar-se, apenas, de obras de reparação das ruínas provocadas pelas chuvas que obrigavam a uma manutenção contínua e acrescentando as suas próprias queixas, tais como o ataque que estivera eminente, a não devolução dos escravos fugidos para o lado espanhol, etc. À sua Corte,

³³ AHU, Brasil, MGr, doc. 784 de 20-06-1766; 787 de 17-11-1766, de JPC para FXMF.

³⁴ Silvino da Cruz Curado, “As operações no Sul do Brasil, em 1767, *uma guerra ridícula de subalternos?*”, *Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil*, R.J., n.º 87 especial, 2001, pp. 71-84.

³⁵ AHU, Brasil, MGr, doc. 792 de 28-11-1766, de JPC para FXMF.

porém, confessava só ter havido, antes da guerra, tempo para se fazer a dupla estacada e os alicerces da fortaleza que se lhe ordenara, razão pela qual se construía, então, *o que faltava para cima*³⁶.

Uma planta da “Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição” feita, em 1767, por Tomás de Sousa, lá enviado em socorro, mostra a referida estacada com os edifícios que continha no interior, destinados a capela, quartéis e armazéns. Uma outra planta, *desenhada* pelo sargento-mor engenheiro Oliveira Rego, ajuda a compreender as alterações notadas pelos espanhóis e os futuros problemas da fortificação. À vista, o traçado geral é semelhante, excepto do lado do rio que é constituído por uma parede rectilínea, mais muro que muralha, mantendo-se no interior os mesmos edifícios, com ligeiras alterações. São de reter algumas palavras do título: *Projecto da Fortaleza que se quer fazer (...) delineado pelo Governador (...) A cuja obra se deu princípio à sua execução, no terreno, em 26 de Setembro de 1767. O engenheiro, face ao delineado pelo superior, tinha entendido ser seu dever apresentar-lhe uma proposta, resultante da sua reflexão, datada de 31 de Julho. Elencou uma série de razões para não se insistir em fazer ali uma fortificação. Bastaria uma: as muralhas, construídas sem cal, por pedreiros ignorantes, em terra imprópria e com muita água, incluindo a das cheias, depressa cairiam. Propôs que o forte fosse construído em o sítio que está mais acima, aonde foi Missão, que fica distante deste Presídio um quarto de légua, local a que louvou diversas vantagens e no qual, alguns anos mais tarde, seria construído o Forte do Príncipe da Beira. Mas, naquele momento, respeitou-se o aforismo “Abaixo do Equador, manda o Governador” e a obra fez-se*³⁷.

No início de 1769, chegou o terceiro Governador, Luís Pinto de Sousa, que ali iniciou, no trato com os espanhóis, as manobras dilatórias e a administração dos silêncios que o iriam caracterizar, mais tarde, como Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros. Decidido a enfrentar o problema das dívidas da Capitania, muito agravadas pelas duas guerras recentes, recebeu do engenheiro, em Maio, uma notícia que acarretaria novos gastos: uma das muralhas do Forte ainda em construção, a que mudara o nome para Bragança, tinha aberto uma rachadura, admitindo maior ruína naquela ou em futuras cheias. Dois anos depois, quando tinham aumentado as suspeitas de nova tentativa de invasão espanhola, houve uma cheia invulgar que destruiu algumas aldeias de Moxos e deixou a fortaleza *em crítica situação, quase por todos os lados aberta e destruída*³⁸.

Seguiram-se as reparações possíveis e exames e pareceres do mestre de obras, do engenheiro Matias Rego e do ajudante engenheiro Domingos Sambuceti, vindo do Pará, os quais habilitaram o Governador a escrever, em Fevereiro de 1772, não poder eximir de culpa ao primeiro dos mencionados engenheiros e considerar a localização da fortificação tão errada que a tornava inútil, mesmo sem ruínas. Os três pareceres sugeriam, como possível localização de um novo forte, a excelente posição anteriormente referida como ter sido a da Missão de Santa Rosa³⁹.

Este já seria um problema do quarto Governador, Luís de Albuquerque Melo Pereira e Cáceres, empossado em Dezembro de 1772, o qual iria dedicar a Mato Grosso cerca de 17

³⁶ AHU, Brasil, MGr, doc. 818 de 29-07-1768, de DARM para FXMF.

³⁷ A 1.ª planta em Emerson Dêni da Silva, *O Forte de Nossa Senhora da Conceição*, INTERNET. A 2.ª em Miguel Faria, “Príncipe da Beira: a fortaleza para além dos limites”, *Oceanos*, n.º 48, 1996, p. 55. Proposta do engenheiro, de 31-06-1767, anexa a AHU, Brasil, MGr, doc. 933, de 30-05-1771.

³⁸ AHU, Brasil, MGr, doc. 855, de 20-06-1769; 862, de 10-12-1769; 932, de 28-05-1771, de LPS para FXMF.

³⁹ AHU, Brasil, MGr, doc. 833, de 30-05-1771; 945, de 18-05-1771; 960, de 06-12-1771; 975, de 28-02-1772, de LPS.

anos de devotado serviço, levado a cabo com grande visão, risco e assunção de responsabilidades. Com ele chegara, para substituição de Matias Rego, o capitão engenheiro Salvador Franco da Mota, que iria falecer no Forte Bragança em Julho de 1774.

Quando em Lisboa se teve conhecimento do estado de ruína do forte, foi ordenada a construção de um novo na localização proposta pelos engenheiros, na qual seria reservado espaço para o armazém da Companhia Geral de Comercio, integrado num quimérico plano secretíssimo daquela actividade, visando grandes negócios com os territórios vizinhos que não os permitiam, nem poderiam ter grande sucesso, dada a pobreza dos índios que os habitavam. Para ir abrindo caminho, foi superiormente estimulado o contrabando secreto, porta de ilegalidades de difícil controle, resultando em corrupção⁴⁰.

Terá havido, ainda, uma razão menos explícita para o Marquês de Pombal não deixar Santa Rosa sem uma fortificação eficaz. Ele tinha sacrificado a ocupação espanhola do Rio Grande do Sul ao apoio de Carlos III nos projectos de expulsão e extinção da Companhia de Jesus, mas não desistira de recuperar um território que a Paz de 1763 mandava restituir a Portugal e, até, de fazer os maus vizinhos atravessar o Rio da Prata, recuperando, aí, o mítico limite do Brasil⁴¹. Ao aproximar-se a hora da acção, aconselhava a experiência, dever estar preparada a defesa do Guaporé, em particular, daquele local simbólico que a Espanha reivindicava.

Ficam esboçadas algumas das razões da construção do Forte do Príncipe da Beira e lançadas algumas dúvidas sobre um mito simpático, muito propalado no Brasil: “os portugueses escolhiam sempre a melhor localização para os seus fortes”. Ora isto estará correcto do ponto de vista estratégico, constituindo verdadeiros marcos da extensa fronteira brasileira. Já quanto à escolha da localização exacta das fortificações, sem registo de dados anteriores, com poucos recursos, com a urgência na edificação e com terrenos desadequados, houve vários casos menos felizes.

Em Lisboa, procurou-se, desta vez, evitar uma escolha voluntariosa do governador, sem o indispensável aconselhamento técnico, mandando-se juntar aos engenheiros da Capitania (já só havia o capitão Franco da Mota) dois engenheiros do Pará, o ajudante Sambuceti, já referido, e um outro que, devido a doença, cedo regressou a Belém. Na pequena altura de Santa Rosa Velha, o culto Governador que servira em Almeida, escolheu o tipo de fortaleza, o local que julgou *mais próprio e adequado (...) havendo sido uniformemente aprovada* aquela sua escolha pelos engenheiros que ouviu depois de *demonstrar-lha*⁴². Deu certo, mas o método usado poderia originar constrangimentos prejudiciais.

O exposto parece contrariar a seguinte afirmação de Isa Adonias, a grande investigadora da cartografia do Brasil: *A ideia de sua construção surgiu por ocasião da visita de inspecção que, em 1774, fez D. Luís de Albuquerque ao Rio Guaporé (...)*⁴³. A ideia e a decisão não lhe pertenceram, mas a tenacidade com que fez erguer a monumental fortificação é bem espelhada na frase para a História que lhe é repetidamente atribuída, sem que se refira a fonte:

⁴⁰ AHU, Códice 614, p. 52; Brasil, MGr, anexo ao doc. 1.064, de 14-02-1774, de LAMPC para MMC.

⁴¹ Silvino da Cruz Curado, “O General Böhm no Brasil”, *Actas do VI Colóquio da CPHM*, Lisboa, 1995.

⁴² Gilberto Freire, *Contribuição para uma sociologia da biografia. O exemplo de Luiz de Albuquerque (...)*, s/d, vol.II, pp. 159-165, doc. de 03-04-1774, de LAMPC para Marquês de Pombal.

⁴³ Isa Adonias, *A cartografia da Região Amazônica*, Rio de Janeiro, INPA, 1963, p.600.

A soberania e o respeito de Portugal impõem que neste lugar se erga um forte, e isso é obra e serviço dos homens de El-Rei, nosso Senhor e, como tal, por mais duro, por mais difícil e por mais trabalho que isso dê... é serviço de Portugal. E tem de se cumprir.

Com a morte de Franco da Mota e a incapacidade do outro ajudante do Pará, foi confiada a direcção da obra ao genovês Domingos Sambuceti, engenheiro com muitos anos de trabalho nas fortificações da Amazónia, para onde tinha ido, com destino às demarcações de limites. O Governador apreciou-lhe os conhecimentos teóricos e práticos da sua profissão e recebeu dele uma colaboração dedicada e competente, mas infelizmente muito curta. Encontra-se generalizada a datação da sua morte para 1780, apesar de Miguel Faria a ter situado entre 8 de Janeiro e 12 de Setembro de 1777. Efectivamente, pode ser-se, ainda, mais preciso, afirmando que ocorreu em Março de 1777⁴⁴.

Sambuceti chegou ao local das obras em meados de Abril de 1775, onde lutou com grandes dificuldades, em especial a falta de saúde dele e de todo o pessoal para lá destacado. Dirigiu os trabalhos preparatórios, reuniu materiais, elaborou as primeiras plantas e preparou, em tão desoladas paragens, a solene e grandiosa cerimónia, presidida pelo Governador, em 20 de Junho de 1776, da fundação e lançamento da pedra fundamental, gravada com uma inscrição em latim para maior universalidade, tudo registado em exultante acta⁴⁵. O genovês lançou-se, então, com grande entusiasmo, na construção da obra que mal começava a marcar a paisagem quando a morte o surpreendeu. (Março de 1777).

Na emergência, o próprio Governador efectuou os cálculos necessários e um oficial de milícias *com bastantes luzes*, não identificado⁴⁶, dirigiu os trabalhos, até à chegada do ajudante engenheiro José Pinheiro de Lacerda, nomeado pelo governador do Pará, antes de 10 de Setembro de 1777, a pedido do seu colega de Mato Grosso. Foi este engenheiro que brilhantemente dirigiu a obra até 1797, que alterou a distribuição interior dos edifícios e quem verdadeiramente a construiu. Mas essa glória é-lhe injustamente roubada, na maior parte dos escritos, ao ser atribuída a Ricardo Franco de Almeida Serra, o heróico defensor do Forte Coimbra, este sim, da iniciativa do Governador Luís de Albuquerque. O capitão engenheiro Almeida Serra, técnico e militar do mais elevado mérito, só chegou a Vila Bela, para as demarcações de limites, em 28 de Fevereiro de 1782, tão doente que levou mais de seis meses a convalescer. Ora, em 1783, o essencial do Forte estava concluído e para ele se mudou a guarnição e o armamento do arruinado Forte Bragança, arrastando-se, depois, por muitos anos, os restantes trabalhos, ainda no mandato (1790-1796) do 5.º Governador, João de Albuquerque, irmão do anterior, que faleceu no cargo. O 6.º, ainda em 1799⁴⁷, alarmado com as dívidas da Capitania, expunha o que faltava fazer no forte. Entretanto, as ameaças de guerra, que se concretizaram em 1801, tinham mudado para a fronteira do Rio Paraguai mas, nem por isso, o monumento perdeu importância, como imponente marco e símbolo, no futuro estabelecimento das definitivas e dilatadas fronteiras do Brasil.

⁴⁴ Nota 23: FARIA, 1996, p. 66; AHU, Brasil, Pará, anexo ao doc. 6431, de 10-09-1777, do Gov. do Pará para MMC.

⁴⁵ AHU, Brasil, MGr, doc. 1125, 22-06-1776.

⁴⁶ Poderia ter sido Tomás de Sousa, antigo discípulo do brigadeiro Alpoim, no R.J., enviado de Goiás em socorro.

⁴⁷ AHU, Brasil, MGr, doc. 1834, de 03-03-1834. Envia um plano com indicação do que estava feito e do que ainda faltava em Out. 1798. Isa Adonias, p. 608, diz que parece da autoria de R. F. de Almeida Serra, mas este estava no Forte Coimbra e sempre actuou a sul. Será devido a este plano que se lhe atribui a conclusão da obra? O plano está reproduzido em Carlos F. Nunes, Isa Adonias, *Real Forte Príncipe da Beira*, R.J., F. Odebrecht 1985, p. 306

Por último⁴⁸, um mito muito difundido, colocado, por exemplo, num folheto do Estado da Rondônia, elaborado para as comemorações dos 220 anos do Forte e reeditado por ocasião de uma visita do Presidente da República do Brasil, em 1983: *As pedras que compõem a Fortaleza foram trazidas de onde e por que meio, tendo em vista as dezanove cachoeiras entre Guajará Mirim e Porto Velho*⁴⁹? Há quem escreva: que foram de Portugal, como aconteceu com algumas fortificações no litoral; que foram do rio Jauru, a uns 1.300 quilómetros, obrigando a mais do que um tipo de transporte; ou, ultimamente, que chegaram de Pernambuco⁵⁰. Ora, as pedras de cantaria para os revestimentos das muralhas e outros fins foram de uma pedreira, a 1.500 metros. As alvenarias foram feitas com a piçarra existente no sítio. O problema foi a cal, que tinha faltado, com tão maus resultados no anterior forte. Para o Príncipe da Beira, foi fabricada com pedras de calcário trazidas, primeiro de Belém e, depois, de vários pontos da bacia do Paraguai, incluindo o Jauru. Poderá estar nestas pedras a origem daquela lenda absurda.

Limpeza de mãos

A corrupção não é uma criação recente. Para a limitar, a Coroa procurava escolher para funções de governo, justiça, fazenda e outras de responsabilidade, vassallos que, além dos requisitos específicos de cada uma, tivessem uma qualidade geralmente referida como “limpeza de mãos”. Quando terminavam as comissões era feita “residência” a estes altos funcionários. Tratava-se de uma devassa, que também aceitava queixas, realizada após a sua saída, quando já não tinham capacidade para inibir os administrados. O longo braço da justiça régia tardava, mas muitas vezes chegava. Não foi possível averiguar se tais diligências existiram no caso dos Albuquerque, podendo admitir-se que seguindo-se dois irmãos, tendo o segundo falecido no cargo e o Luís um ano depois, não tenham sido feitas.

Os biógrafos de Luís de Albuquerque centraram-se nos aspectos altamente positivos do seu longo governo de 17 anos e tinham muito que enaltecer. Gilberto Freyre disse existirem papéis indiscretos que informavam ter havido devassa, relativamente a abusos, mas praticados pelo seu irmão, João de Albuquerque. D. Rodrigo de Sousa Coutinho, recém-chegado à Secretaria de Estado e com o irmão Francisco no governo do Pará, escreveu que, em Mato Grosso, os governadores tornavam a Fazenda contratadora para se enriquecerem e, noutros locais, referiu *a criminosa conduta dos Albuquerque e Albuquerque acusados de peculatos*⁵¹. Entretanto, foi ordenada ao Ouvidor de Mato Grosso uma devassa, em segredo, sobre os bens de João Albuquerque e os motivos porque ele enriquecera tanto. Segundo a mesma e um documento não assinado sobre *as concussões, roubos, depredações e violências dos governadores*, os esquemas já vinham de Luís de Albuquerque, talvez com mais habilidade e menos pressa que o irmão. Estavam ambos mortos e como o presumido herdeiro era o terceiro irmão, desembargador Manuel de Albuquerque, mereceu, por estar casado com a filha do General Forbes, uma graça especial de S.A.R, o que lhe permitia, segundo um

⁴⁸ Há, ainda lendas locais, como a da existência de um caminho de fuga subterrâneo com 500 metros de extensão e de tesouros que levou à profanação de suposta sepultura do “Príncipe da Beira”, provavelmente de Sambuceti.

⁴⁹ *Histórico do Real Forte do Príncipe da Beira*, Porto Velho, Governo do Estado da Rondônia, 1983

⁵⁰ António Leôncio P. Ferraz, “Memória sobre as fortificações de Mato Grosso”, *Revista do IHGB*, vol. 156, 1929; Vários, *27 maravilhas de origem portuguesa no Mundo, América do Sul*, s/l, Tugaland Edições, 2009, p. 145.

⁵¹ Ofício de DRSC para Manuel da Gama Lobo de Almada, Governador do Rio Negro, de 17-07-1797; Ofício para Francisco de Sousa Coutinho, Governador do Pará, de 02-08-1798; AHU, Códice 614, f. 71v., ofício para CPMM.

apontamento de D. Rodrigo, *gozar em paz do fruto dos crimes dos outros irmãos*. Esta é a verdade possível, com a ressalva de os acusados não se terem podido defender⁵².

Fez-se aqui esta referência porque, de algum modo, envolve o Forte do Príncipe da Beira, ponto de contacto com Moxos, local por onde passava o contrabando secreto, impulsionado pela Corte, o qual pode ter sido a porta aberta para o início dos abusos. Apanhou, também, o efectivo e competente construtor daquela fortificação, José Pinheiro Lacerda, alvo de uma devassa incompleta devido à dispersão das testemunhas, da qual resultou ser pronunciado e preso e ter os seus bens sequestrados. Defendeu-se dizendo que tinha servido sempre *com toda a honra e limpeza de mãos*. O Governador que determinou a devassa louvou-lhe tudo quanto era relativo à sua profissão, o que não podia fazer quanto à Fazenda, mas achava-o digno da clemência e compaixão de Sua Majestade⁵³. Esta é, por agora, a verdade possível, por se desconhecer se houve despacho régio e se foi efectuado o julgamento.

A concluir

A construção do Forte do Príncipe da Beira não resultou de um capricho ou de um erro. Foi o remate do esforço de ocupação do importante e mítico local da Missão de Santa Rosa, negando-o aos espanhóis, em inequívoca afirmação de ser portuguesa a margem direita do Guaporé. Mais que uma fortificação era um marco de fronteira e um imponente sinal. Quem se empenhava a fazer, com tão marcantes sacrifícios, uma obra daquela dimensão, não estava disposto a abandonar todo o território que ela defendia e simbolizava. Já tinha sido assim, ao construir-se Vila Bela encostada ao Rio. Estávamos para ficar!

Foi notável o empenhamento de todos os Governadores do período, sendo de destacar Rolim de Moura, no difícil levantamento da Capitania, e Luís de Albuquerque, não só na sua consolidação, como ainda na sua expansão. Aos representantes das Coroa, aos esforçados portugueses anónimos, civis e militares, aos sacrificados escravos africanos e aos ensinamentos dos índios relativamente ao trânsito nos rios e à vida na selva, deve o Brasil as suas dimensões continentais.

O Forte do Príncipe da Beira é um símbolo maior dessa epopeia!

SÍNTESE BIOGRÁFICA DE SILVINO DA CRUZ CURADO

⁵² AHU, Brasil, MGr, doc. 1536, posterior a 1788; doc. 1805, 30-07-1798; doc. 1826, de 28-02-1799, devassa.

⁵³ AHU, Brasil, MGr, doc. 1851, de 13-03-1799, de CPMM para DRSC. Tem anexa a devassa.



É tenente general do Exército (três estrelas), na situação de reforma, tendo terminado a sua carreira como Ajudante General do Exército.

Licenciado em Ciências Militares (Artilharia), possui os Cursos de Estado-Maior, Superior de Comando e Direção e o do Colégio de Defesa da NATO (Roma).

Dentre as suas diversificadas actividades profissionais referem-se duas comissões em Angola e duas em Moçambique.

Foi Adido de Defesa junto da Embaixada de Portugal em Brasília, o que estimulou o seu interesse pela história militar luso-brasileira, temática sobre a qual tem proferido numerosas conferências em Universidades e reuniões científicas ligadas à História, em Portugal e no Rio de Janeiro, no Recife e em Brasília.

E autor do livro "Campanha de Montevideu: a ocupação portuguesa do Uruguai 1816-1823".

Possuí variadas condecorações portuguesas e foi honrado, pelo Governo do Brasil, com a Ordem de Mérito Militar, a Ordem de Mérito Aeronáutico, a Ordem de Mérito Forças Armadas, todas no grau comendador, e a Medalha "Mérito Tamandaré"

É académico de mérito da Academia Portuguesa da História, membro efetivo do Conselho Científico da Comissão Portuguesa de História Militar e sócio correspondente do instituto de Geografia e História Militar do Brasil.

EDITOR:

LUIZ ERNANI CAMINHA GIORGIS, Cel Inf EM/EB

levaminha@gmail.com